
PROJETO EMPREENDER NAS ASSOCIAÇÕES COMERCIAIS E INDUSTRIAIS DA REGIÃO DO ABCD

Carla Sortino Bassi

Faculdade Tijucussu

Mestrea pela Universidade Municipal de São Caetano do Sul (IMES)

E-mail: *Null*

Priscila Ferreira Perazzo

Universidade Municipal de São Caetano do Sul (UMSCS)

Doutora pela Universidade de São Paulo (USP)

E-mail: *Null*

Resumo: Este artigo tem como objetivo apresentar o Projeto Empreender desenvolvido nas Associações Comerciais e Industriais de Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul e Diadema, e a abordagem das possibilidades do associativismo a partir da avaliação dos principais gestores dessas entidades. Por meio da história oral, fez-se a análise sobre as potencialidades e as restrições acerca dessa prática, sua forma de aplicação e os possíveis resultados diante da diversidade de atores envolvidos. Essa proposta justifica-se pela necessidade da compreensão de novos modelos organizacionais, que respondam às necessidades atuais cada vez mais complexas, e que sejam capazes de atender às dimensões dos seres humanos da sociedade em geral.

Palavras-chave: Redes de cooperação e Associação.

1. INTRODUÇÃO

A compreensão de questões atuais, cada vez mais complexas, parece exigir novos modelos organizacionais que permitam sustentar empreendimentos de pequeno e médio porte dos mais variados segmentos econômicos e, principalmente, que apresentem um pensamento multidimensional capaz de entender a amplitude dos seres humanos e da sociedade em geral, para o enfrentamento dos desafios atuais. Sob essa ótica, esse artigo visa apresentar as possibilidades do associativismo, mais especificamente no âmbito do Projeto Empreender, desenvolvido nas associações comerciais e industriais das cidades de Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul e Diadema, na região do Grande ABC paulista.

Parte-se de princípios de Edgard Morin que defende “a arte de utilizar as informações que surgem durante a ação, integrá-las, formular subitamente esquemas de ação e ser capaz de reunir o máximo de certezas para defrontar o incerto” (2002, p. 149).

Dessa forma, os objetivos deste trabalho são: analisar as práticas desenvolvidas no Projeto Empreender, apresentar a avaliação dos principais gestores sobre essa prática e as potencialidades desse método de organização empresarial no contexto do atual capitalismo.

Por meio da metodologia de história oral, desenvolveu-se um projeto de pesquisa a partir de entrevistas com gestores das associações comerciais e industriais das cidades do ABCD. Em seguida, fez-se uma análise das narrativas dos principais gestores das associações comerciais e industriais das cidades do ABCD, como proposta de estudos organizacionais com a metodologia da história oral.

Como alternativa à linha estritamente positivista, fragmentada do pensamento tradicional no campo da Administração, surgiu a possibilidade de utilização de depoimentos gravados que permitem uma nova abordagem à técnica de entrevistas. Isto, atrelado a um formato sistêmico, sem dispensar o rigor científico necessário à pesquisa acadêmica, abre-se um novo campo de atuação ao pesquisador, fornecendo-lhe condições propícias para tratar da subjetividade e da pesquisa qualitativa.

Esse trabalho justifica-se pela proposta desse projeto fomentar a discussão sobre esse importante tema, o empreendedorismo. Diante da vasta literatura sobre o empreendedorismo, a adoção de uma pesquisa que privilegie a subjetividade existente no campo da Administração e das Organizações propõe a obtenção e o registro de uma visão diferenciada, capaz de contribuir para a ampliação das possibilidades de construção do conhecimento, por meio da discussão de novas metodologias de caráter interdisciplinar, como se dá com a história oral.

Contribui para essa discussão o fato de que vivemos hoje um novo tempo, com “novas comunidades, com novos modos de perceber e de narrar a identidade. Culturas eletrônicas, audiovisuais e musicais ultrapassando as culturas letradas ligadas à língua e ao território”(MARTÍN-BARBERO, 2003, p. 66).

A apreensão pela história oral dos fatos que não foram registrados por meio da escrita, que normalmente escolhe a decisão tomada e não todas as posições discutidas, permite sistematizar o significado das entonações, do silêncio, das pausas e da história de sensações e sentimentos não explícitos nas fontes escritas. Dessa forma, responde ao que preconiza Morin,

“A ciência é, portanto, elucidativa (resolve enigmas, dissipa mistérios), enriquecedora (permite satisfazer necessidades sociais e, assim, desabrochar a

civilização); é, de fato, e justamente, conquistadora, triunfante” (MORIN, 2002, p.15).

A partir da narrativa de múltiplos atores sociais, gestores condutores do Projeto Empreender nas associações comerciais e industriais de Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul e Diadema, e por meio do método de pesquisa da história oral, apresentam-se as reflexões sobre a subjetividade presente no contexto organizacional e os seus espaços ditos, não ditos e os entreditos.

2. A HISTÓRIA ORAL

A história oral é uma metodologia contemporânea constituída por um conjunto metódico, variado e articulado de depoimentos gravados em torno de um tema, que possibilita analisar diversas abordagens e mover-se num terreno multidisciplinar. Esse é um dos principais fatores que levou à opção por um trabalho a partir de narrativas com os métodos de história oral, pois se propõe a recuperar informações sobre as Associações Comerciais e Industriais sob o ponto de vista dos seus gestores.

Nesse sentido, todo depoimento oral é interpretado em função das representações que sobre ele repousam, e tomados como uma versão individual e fragmentada acerca de determinada situação e acontecimento, porém carregados de novos conhecimentos, pois são baseados em argumentos sentidos, em que as redes de sociabilidade, o poder e o contra poder existentes e as coerências e contradições coexistem por meio de ações construídas e negociadas pelos personagens, presentes e lembrados.

Por essas características, a história oral foi amplamente contestada, quanto à precisão de seus dados orais, uma vez que se apóia nos depoimentos, produto da lembrança dos depoentes, onde estão presentes as distorções, os esquecimentos, a seletividade e as criações do imaginário. Questões estas, superadas após verificar-se que as situações presentes no processo da memória, fruto dos depoimentos, tratam-se de situações que podem ser interpretadas e mediatizadas, do ponto de vista psicanalítico, uma vez que,

“...o esquecimento não é visto como um fenômeno passivo ou uma simples deficiência do organismo. As lembranças que “incomodam” são expulsas da consciência, mas continuam atuando sobre o comportamento no inconsciente” (FREITAS, 2002, p.61).

No Brasil, nos anos 1990, a história oral viveu um período de expansão quantitativa, foram detectadas três grandes linhas de trabalho: a história oral da academia, a história oral comunitária e a história oral como instrumento de marketing (FERREIRA, 1994).

Esse debate conduziu a uma série de reflexões sobre a validade também dos dados escritos e suas qualidades segundo os historiadores. A precisão na forma, na cronologia e na multiplicação não foram suficientes para garantir que o resultado das investigações com base em dados escritos tivesse maior veracidade. Uma vez que se constatou que a história é reescrita em função de interesses pessoais e da época, portanto estaria também a escrita condenada aos questionamentos de sua validade (SILVA, 2002).

Em contrapartida, as evidências orais, apesar de sua forma não fixa, de uma cronologia imprecisa e uma comunicação, muitas vezes não comprovada, sustentaram-se em razão de sua força, pois

““A força da história oral vem da extensão e da inteligência com que muitos tipo de fontes são aproveitados para operar em harmonia” (PRINS, 1992, p.194).

A história oral avançou após o debate teórico. Os eventos históricos deixaram de ser vistos sob o prisma da linha do tempo e foram problematizados em função de um contexto mais amplo. Dessa forma, a história oral responde às necessidades de uma nova época, alinhada ao desenvolvimento tecnológico, mais precisamente ancorada na utilização do gravador. Permite registrar “o que não estava nos documentos escritos” (MENEZES, 2005, p.28), reconhecer a história do testemunho verbal, a partir de culturas restritamente alfabetizadas, incluir a reflexão acerca de questões desprezadas, do cotidiano e de grupos excluídos. Segundo ALBERTI

“a história oral é uma metodologia de pesquisa e de constituição de fontes para o estudo da história contemporânea surgida em meados do século XX, após a invenção do gravador a fita. Ela consiste na realização de entrevistas gravadas com atores e testemunhas do passado” (2000, p.1).

Nesse sentido, as pessoas narram acontecimentos já vividos a partir de seu ponto de vista, com base no momento presente, ou seja, o acontecimento ou o objeto motivo das lembranças estão ausentes. (LE GOFF, 2003).

No campo da administração, explorar a possibilidade das lembranças por meio da recuperação da memória individual, a partir dos métodos de história oral, possibilita diversos estudos como o que ora se apresenta; o dos gestores das Associações Comerciais e Industriais do ABCD. A análise do discurso dos depoimentos desses gestores carrega em si a marca do empresariado regional e permite acompanhar a evolução do processo local, as preocupações frente aos fatos de cada época, a forma como suas ações se relacionaram com o desenvolvimento das cidades e principalmente como entendem e praticam o associativismo nas suas entidades.

Organizar a memória de um fato, lugar e/ou época ajuda a construir a identidade e a entender o desenvolvimento de determinada região pela valorização da cultura e da história local, regional ou nacional, pois conforme Le Goff (2003), a memória é um elemento essencial da construção da identidade, seja individual ou coletiva, que vem sendo buscada nas atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje.

O tempo e o espaço são variáveis fundamentais na atuação da memória e esta, por sua vez, tem um papel fundamental no processo de representação.

“A memória se faz condição de conhecimento do novo acontecer, determinante de sentido que não esgota o real em sucessão, mas se apresenta como laço em meio a tantas rupturas”. (ALVES, 1999, p.78).

Para Zanini (2005), a memória carrega uma forma de exercício de poder, já que não são todos os acontecimentos, personagens e fatos que permanecem nas lembranças das pessoas. O exercício da memória é antes um exercício de escolha, produto de partilhas, encontros e atos coletivos que lhe propiciam sobrevivência e sentido.

A utilização das narrativas dos depoimentos dos gestores das Associações Comerciais e Industriais no ABC paulista busca contribuir para o entendimento do curso dos

acontecimentos e dos fatos e se utiliza do exercício da memória que permite a relação do corpo presente e também interfere no processo atual das representações.

“Pela memória, o passado não só vem à tona das águas presentes, misturando-se com as percepções imediatas, como também empurra, ‘desloca’ estas últimas, ocupando o espaço todo da consciência. A memória aparece como força subjetiva ao mesmo tempo profunda e ativa, latente e penetrante, oculta e invasora” (BOSI, 1979, p.9).

A rememoração das associações comerciais e industriais partiu de levantamento documental e de depoimentos orais gravados em entrevistas de história oral. De acordo com o método de história oral, pela característica de suas entrevistas, estimaram-se nesta pesquisa 03 entrevistas para cada uma das cidades e foram realizadas 10 entrevistas de história oral, sendo que em São Bernardo do Campo foi realizada uma só entrevista, pois constatou-se a perenidade do atual presidente que está há 18 anos no comando da entidade. Essas entrevistas carregam experiências de pessoas dispostas a falar sobre aspectos carregados de sentidos e significações não captados pela documentação escrita e oficial.

A manifestação de memórias individuais decorre da inserção delas em campos de significados de domínio coletivo, pois

“...no ato de lembrar nos servimos de campos de significados – os quadros sociais – que nos servem de pontos de referência. As noções de tempo e de espaço, estruturantes dos quadros sociais da memória, são fundamentais para a rememoração do passado na medida em que as localizações espacial e temporal das lembranças são a essência da memória”(BARROS, 1989, p.30).

Nessa proposta de pesquisa baseada no método da história oral, foram utilizadas matrizes iniciantes da análise do discurso contribuindo para interpretação das narrativas orais, pelo fato desse método privilegiar a pesquisa qualitativa e permitir buscar no discurso o processo, o movimento e o sentido. A participação dos presidentes e ex-presidentes das associações ao longo de sua existência revela um espaço de responsabilidades que remete a parcerias e relações mutuamente proveitosas, cujas transformações caminham em etapas, solidária e sustentadamente organizadas em suas memórias. Estas, por sua vez, fazem-se conscientes e ativas do seu próprio desenvolvimento.

Dessa forma, a pesquisa servirá como um referencial sobre o passado e o presente de específico grupo social - ao dos executivos nas associações comerciais ancorados nas suas tradições e intimamente associados às mudanças sociopolíticas e culturais, pois conforme Freitas,

“a pluralidade de culturas orais, tanto tradicionais como urbanas e contemporâneas, é muito intensa no Brasil, isso confere à História Oral brasileira uma dimensão intrinsecamente interdisciplinar [...] de tal maneira que não é mais possível definir os tradicionais limites entre as disciplinas” (2002, p.11).

Rama (1985) corrobora com essa idéia de que a sociedade não se transforma apenas na sua perspectiva material, pois outras formas de transformação ocorrem nos aspectos culturais

e filosóficos, em que, a partir do mundo das idéias, surge a capacidade de abstração, de simbolização, planejamento e organização da sociedade, resultados da busca por uma sociedade mais racional e pragmática.

3. AS ASSOCIAÇÕES COMERCIAIS E INDUSTRIAIS

O exame da literatura revela um conjunto de problemas emergentes, sobretudo das relações antigas entre o homem, o trabalho e as desigualdades econômicas. Dessa relação, desponta o associativismo, como resposta às necessidades de mudança nas atitudes e no comportamento da sociedade. Entender essa relação pode fornecer elementos da possibilidade de inserção do homem no mundo do trabalho e na busca pela redução das desigualdades socioeconômicas.

Tem-se analisado a união de empresários por meio dos conceitos de fusão empresarial, *clusters* e outras formas de redes. Todavia, neste caso, a abordagem será a do associativismo competitivo, organizado nas associações comerciais e industriais.

No contexto do paradigma do desenvolvimento empresarial, a atuação individual realiza troca simultânea com o coletivo, sob a perspectiva solidária do movimento de ampliação das formas de organizações sociais revigoradas frente às possibilidades de reação e defesa da eficiência produtiva.

Sob a perspectiva da regionalidade, o estudo do associativismo engloba o estabelecimento de parcerias, a capacitação, a união, sendo apropriado como estratégia para o desenvolvimento das cidades, pois.

“a vida do associativismo fomenta um debate permeado de pontos e contrapontos onde o diálogo abre caminho para reconstrução, para o desenvolvimento” (ARRUDA, 1996, p.23).

As associações, assim como os sindicatos, são entidades de representação organizadas para a ação coletiva, de acordo com o perfil e a composição de determinados atores econômicos. Pela análise das organizações de representação de interesses do empresariado comercial e industrial, percebeu-se que as associações realizam uma série de atividades anteriormente desempenhadas por empresa de forma independente. Porém, cada associação realiza uma série de funções que, certamente, ultrapassam a mera representação de interesses, como é o caso da Abiquim (Associação Brasileira da Indústria Química), que oferece aos associados cursos de MBAs específicos por áreas, uma central de atendimento a clientes e atividades que tornam a entidade uma empresa prestadora de serviços. (DINIZ; BOSCHI, 2000).

Na região do Grande ABC, a partir da década de 1930, surgiram as Associações Comerciais como entidades organizadoras e representativas de comércios locais. Antes disso, em 1917, o centro do comércio e da indústria do Estado de São Paulo era absorvido e tutelado pela Associação Comercial de São Paulo, apesar desta ter sido criada em 1894 (JAIME, 2005).

Em 1938, deu-se a fundação de duas associações: a ACISA - Associação Comercial e Industrial de Santo André, em 13 de fevereiro, e a ACISCS - Associação Comercial e Industrial de São Caetano do Sul, em 23 de fevereiro. Alguns anos mais tarde, vieram a ACISBEC - Associação Comercial de São Bernardo do Campo, em 1944 e a ACE

DIADEMA - Associação Comercial e Empresarial de Diadema, fundada em 20 de novembro de 1972.

Posteriormente, essas associações passaram a aglutinar a representatividade não só comercial e industrial, mas de empresários prestadores de serviço e profissionais autônomos. Até hoje a maioria delas cerceia a participação de profissionais informais.

Uma importante dimensão da atuação das associações comerciais e industriais passou a ser suas relações com o poder público. As entidades desempenham as funções de lobby denominadas de “relações governamentais”, ou seja, trata-se do acompanhamento da tramitação dos projetos de interesse para o setor e o intercâmbio permanente. Nessa linha, destacam-se alguns fatos nacionais como o acompanhamento da tramitação da lei de modernização dos portos e das patentes, além da reforma tributária.

Em 1963, o Estado de São Paulo contava com 96 associações comerciais. Diante dessa expansão, Paulo de Almeida Barbosa fundou a FACESP - Federação das Associações Comerciais do Estado de São Paulo, em 16 de setembro. Esse órgão associativo de abrangência estadual surgiu com a missão de integrar o empresariado paulista numa associação comercial local, por meio de ações que visavam à unidade da classe empresarial, à liberdade, ao apoio à livre iniciativa e ao desenvolvimento empresarial. Hoje a FACESP congrega 412 entidades¹ e, como 89% de seus associados são microempresários, a entidade se volta para esses agentes da economia, responsáveis pela maior parte dos empregos gerados no país, coordenando propostas de interesse desse público, como: a aprovação da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa, do Super Simples e da Reforma Tributária, que facilitam o acerto de contas obrigatório com a Receita Federal.

As associações comerciais e industriais são organizações civis que contribuem para a expansão do processo de desenvolvimento local e apresentam uma gestão caracterizada pela adesão voluntária de empresários e autônomos do comércio, da indústria e da prestação de serviços, de uma nova forma, por via do associativismo.

Atualmente, são 2.038 associações comerciais e industriais que associam mais de 2 milhões de empresários por adesão voluntária em todo país. Essas entidades reúnem pessoas físicas e jurídicas, de todos os setores da economia, de forma espontânea².

Recentemente, as associações comerciais, por meio dessa representação nacional, conquistaram o direito de acolher e organizar a regulamentação da arbitragem no Brasil, atividade anteriormente exclusiva do judiciário. A arbitragem entre associados ou não, como forma de solução alternativa de conflitos, nos termos da Lei 9.307, de 23 de setembro de 1996, regulamenta que as pessoas capazes de contratar poderão valer-se da arbitragem para dirimir litígios relativos a direitos patrimoniais disponíveis. Conseqüentemente, isso valorizou as entidades e lhes conferiu poderes, pois as qualificou para atuar em um sistema até então exclusivo do judiciário.

¹ Dado fornecido pela FACESP - Federação das Associações Comerciais do Estado de São Paulo, em jul./2007.

² Dados da CACB - Confederação das Associações Comerciais do Brasil, entidade de âmbito nacional, formada por 27 federações, representantes de cada um dos estados. Instituída como uma organização multissetorial, representante de empresários do comércio, indústria, agropecuária, serviços, finanças e profissionais liberais, de micro, pequena, média e grandes empresas, a CACB tem como proposta a defesa dos interesses do empresariado no congresso nacional e demais esferas públicas.

Nos dias atuais, as associações comerciais e industriais são entidades corporativistas, não meramente representantes de determinados setores da economia, mas entidades prestadoras de serviços, desde a simples reprodução de documentos a consultas de proteção ao crédito, treinamentos, parcerias, convênios e, principalmente, o fomento de discussões socioeconômicas sobre questões gerais e de âmbito municipal, estadual ou federal

Como consequência, sob a chancela das associações comerciais e por meio do associativismo, é possível se tratar de assuntos dos mais variados ramos e com todo tipo de entidades, públicas ou privadas. Essa possibilidade de abarcar não só a relação com o poder público, mas a pluralização de ações com novos temas e novos atores, é reflexo do aumento do número de constituições de associações no Brasil e da transformação de seu conceito.

Essa pesquisa orienta-se para as associações comerciais e industriais e suas práticas associativistas, o que remete à necessidade de definir o que são associações comerciais e industriais. Uma das possibilidades de conceituação está baseada nas afirmações de Avritzer, segundo as quais a associação é entendida como espaço societário de deliberação e decisão (AVRITZER, 1997 apud KERSTENETZKY, 2003), o que concilia com a definição adotada pela associação comercial e industrial de Santo André, a qual se denomina como “sociedade civil, de intuito não lucrativo, prestadora de serviços de utilidade pública nos âmbitos Federal, Estadual e Municipal, com duração ilimitada, e declarada como um órgão técnico consultivo capaz de auxiliar o poder público” (ACISA, 2006)³.

Já a Associação Comercial e Industrial de Diadema apresenta-se como entidade voltada “prioritariamente para o desenvolvimento econômico do município e visando uma participação mais efetiva dos representantes da Associação, na vida política e amparando transações financeiras, no sentido de torná-las mais seguras” (ACE DIADEMA, 2006)⁴.

O conceito democrático de fim público, do qual as associações se definem, refere-se, por definição, a organizações sem fins lucrativos e de interesse público, voltadas à prestação de serviços de proteção social, assessoria, promoção e defesa de direitos do público. Segundo Quiroga (2005), as entidades devem garantir, por esse caráter público, os princípios de democracia interna (gestão colegiada), a transparência (publicização) e o controle social (participação do público em assembléias).

A regulamentação legal do funcionamento das associações comerciais está disposta no Código Civil. A lei nº 10.406/2002, capítulo II - Das Associações, e, em seu artigo 53, instrui como deve ser a constituição, o funcionamento e a documentação das associações que se organizam para fins não econômicos, como é o caso das associações comerciais e industriais em estudo (BRASIL, Código Civil, 2005).

A legislação também estabelece a necessidade da existência de um estatuto que deve conter, entre outras coisas, a denominação, os fins e a sede da associação; os direitos e deveres dos associados; as fontes de recursos para sua manutenção; seu modo de constituição e funcionamento dos órgãos deliberativos e administrativos e as condições para a alteração das disposições estatutárias e para sua dissolução.

³ Dado obtido no site da ACISA, disponível em http://www.acisa.com.br/corpo_conheca.php acesso em jan.2006.

⁴ Dado obtido no site da ACE Diadema, disponível em www.acediadema.org.br aceso em jan.2006.

Sobre a atuação da assembleia geral das associações, a Lei nº.10.406/2002 regulamenta, no artigo 59, a orientação das ações de eleição e destituição dos administradores e a aprovação das contas e alteração do estatuto. A legislação tem o intuito de garantir aos participantes dessas entidades meios eficazes para o exercício de seus direitos, em especial o de fiscalização.

O SUPPME - Suplemento da Pesquisa Mensal de Emprego, publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em abril de 1996, conceitua associação como órgão de classe que reúne facultativamente pessoas pertencentes a categorias profissionais (trabalhistas) ou econômicas (patronais), em determinado limite geográfico e que representa apenas seus associados. O que se pode verificar nas associações é que são espaços de reciprocidade, onde as

idéias e conhecimentos de senso comum propagam-se, os hábitos cristalizam-se, as diferentes racionalidades competem e colidem em redes de relações interpessoais, formando as redes sociais, que se baseiam em circuitos de prestações e contraprestações de variados conteúdos, tornando-se muito importantes no estudo de vários problemas sociais e das formas de combater seus efeitos e influências. Seguir estas redes é um meio eficiente de propagar as propostas de prevenção e tratamento e rediscutir o mercado, o interesse e a impessoalidade como ícones da modernidade, advindos do utilitarismo, para reintroduzir o laço interpessoal, o desinteresse no ganho, a racionalidade comunicativa, tudo examinado à luz de suas ambivalências e conflitos (ZALUAR, 2001, p.1)⁵.

As associações comerciais do ABCD têm importante papel também no novo arranjo de atores locais. Essas entidades, juntamente com as empresas do Pólo Petroquímico, as instituições de ensino superior, os sindicatos, o CIESP, o SEBRAE e as prefeituras, formam a Agência de Desenvolvimento Econômico do Grande ABC, criada em 1998 como organização não-governamental, que tem a missão de unir forças de entidades privadas ou não para promover o desenvolvimento econômico na região do Grande ABC, composta pelas cidades de Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra.

Busca-se aqui entender melhor o padrão valorativo que compõem a formação do conceito associativista entre os principais gestores das associações comerciais em quatro cidades da região do Grande ABC: Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul e Diadema.

5. O ASSOCIATIVISMO E O PROJETO EMPREENDER

Constatou-se, nas entrevistas que o Projeto Empreender, desenvolvido nas associações comerciais, é um dos principais projetos dessas entidades destinado ao grupo de pequenas e médias empresas, conforme demonstram abaixo os relatos de presidentes e ex-presidentes dessas associações:

- Impedir o isolamento dos MPE e potenciais empreendedores nos seus negócios, possibilitando uma vivência interativa com o ambiente em que estão inseridos,

⁵ ZALUAR, Alba. Circuitos de reciprocidade e novo associativismo. ST13 - MG - 2001. Disponível em: <<http://www.anpocs.org.br/encontro/2001/01st13.htm>> acesso em jan. 2007.

- Mudar o comportamento dos MPE e potenciais empreendedores possibilitando uma nova forma de ver os concorrentes, que passam a ser parceiros,
- Estimular programas de treinamento, reciclagem e capacitação dos próprios empresários das MPE e potenciais empreendedores, como também de seus funcionários e fornecedores,
- Criar cultura de troca de informações e atualizações frente ao dinâmico mercado capitalista,
- Possibilitar ganhos de escala com a participação coletiva em feiras, com o aumento dos volumes negociados junto a fornecedores, com as possibilidades de negociação do setor com outros órgãos e entidades, entre outros,
- Elevar a competitividade da MPE através do replanejamento e organização interna das empresas..

Analisando as ações desenvolvidas no Projeto Empreender percebe-se que a história oral propicia a geração de fontes de consulta, capaz de reunir visões de mundo similares, antagônicas e/ou complementares, sobre o mesmo acontecimento, narrado por diferentes depoentes que deles participaram ou testemunharam.

Exemplo disso aparece nos depoimentos abaixo com dois presidentes apresentando duas diferentes percepções sobre os motivos da baixa adesão/participação nas associações comerciais e industriais, fator importantíssimo no Projeto Empreender, que se calça na força do coletivo, que por sua vez depende a participação do maior número de membros possível.

“... não há obrigatoriedade das empresas estarem se associando a entidade Associação Comercial do Município [...] quem está dentro do nosso quadro associativo está de forma voluntária, e tem interesse realmente na participação” (Ivan Carlos Cavassani, ACISCS, 04/07/2007).

“... a participação na Associação ela ainda é carente, mas tudo depende da conscientização” (Wilson Ambrósio da Silva, ACISA, 13/07/2006).

Outra possibilidade que a metodologia da história oral no campo da administração oferece, consiste em.

“dirigir o foco de interesse não para aquilo que os documentos escritos podem dizer sobre a trajetória da empresa, e sim para as versões que aqueles que participaram de, ou testemunharam, tal trajetória podem fornecer sobre o assunto. Isso pressupõe que o estudo de tais versões seja relevante para o objetivo da pesquisa” (ALBERTI, 2004, p.30).

Demonstra-se essa orientação empregada nas narrativas de Valter Moura, atual presidente da Associação Comercial e Industrial de São Bernardo do Campo (ACISBEC), e de Zoilo de Souza Assis, atual presidente da ACISA, quando questionados sobre o associativismo, fundamento base do Projeto Empreender,

“O próprio comerciante é desunido, ele vê no outro comerciante um concorrente dele. Isso não é verdade, ele tem que ver no outro um aliado, é a índole do brasileiro, lamentavelmente.” (Valter Moura, 19/06/2007) e.

“Tristemente, é uma característica dos brasileiros, ou melhor, dos latino-americanos que se comparados com outros povos, especialmente os anglo-saxões, constata-se o individualismo e não o associativismo” (Zoilo de Souza Assis, ACISA, 14/07/2006).

Nesse recorte, busca-se conhecer não só os conceitos formulados sobre o associativismo, descritos nos documentos oficiais, mas o processo e o sentimento com relação ao associativismo, retratados claramente nos adjetivos.

Pela via dos depoimentos, apreendem-se questões subjacentes importantes nas negociações, conforme se demonstra no depoimento de Wilson Ambrósio da Silva, ex-presidente da Associação Comercial e Industrial de Santo André (ACISA), quando diz que a união dessas entidades não aparece como possibilidade de se fortalecer o setor comercial, conforme divulgado nos documentos oficiais, mas sim é ressaltada a obtenção de um prédio próprio. Preocupação essa intrínseca em grande parte dos depoimentos coletados, também tratada pela análise do discurso como metáfora da casa.

“Um fato importante foi, por exemplo, quando era presidente desta casa o Emílio Sortino, que a Associação não tinha um prédio próprio, e naquela ocasião existia em Santo André o Clube Comercial, além da ACISA. Então o Sortino conseguiu unificar essas duas entidades e a ACISA acabou sendo proprietária de um prédio” (Wilson Ambrósio da Silva, 13/07/2006).

E também questões reconstruídas do passado com a ajuda de dados emprestados do presente, configurando a relação do contínuo passado/presente (HALBWACHS, 1990). Conforme expresso no depoimento de Roberto Rodrigues Fiúza, ex-presidente da Associação Comercial e Industrial de São Caetano do Sul (ACISCS).

“... associação dura não faz nada pra ninguém, não consegue nada. Eu digo isso com muita propriedade, porque também hoje, sou presidente da associação das concessionárias Peugeot do Brasil” (Roberto Rodrigues Fiúza, ACISCS, 10/07/06).

Segundo Kulcsar (2002), o depoimento oral é considerado uma ferramenta para o entendimento do significado da ação humana individual e coletiva e sua interação com o ambiente. Por meio dele, identificam-se valores que marcaram a memória dos indivíduos no passado, como também valores que são impingidos a esses fatos no presente e na busca por,

“características de uma coletividade, a realização de depoimentos pessoais permite-nos captar, a partir das reminiscências, o que as pessoas vivenciaram e experimentaram” (FREITAS, 2002, P.49).

Na pesquisa, percebeu-se uma característica comum desse grupo de gestores das associações comerciais, todos fazem parte de outra entidade associativa, como a Ordem dos Advogados (OAB), Associação Brasileira de Agência de Publicidade (ABAP), Rotary Club, Lions Club, Associação de Concessionárias da Peugeot, Sindicato das Empresas de Fretamento (SINFRET) e do Sindicato das Indústrias Gráficas de Santo André e Baixada Santista (SINGRAFS).

Tal fato corrobora inferirmos que a prática do associativismo acontece não só pelas condições benéficas que esse modelo de gestão pressupõe como a ajuda mútua, defesa de interesses, formação de uma identidade coletiva com o objetivo de superar dificuldades e gerar benefícios econômicos, sociais ou políticos (SEBRAE, 2006)⁶, mas pela visão de mundo e pela postura participativa e solidária de pessoas que acreditam na força da união.

“... fazíamos uma reuniãozinha e ia uma porção de companheiros, a quantidade de gente nesses movimentos é importante” (Cinézio Landgraf, ACE Diadema, 16/03/2007).

“... nós estamos começando a perceber que a união faz força, então, uma entidade como a nossa é um exemplo de associativismo” (Valter Moura, ACISBEC, 19/07/2007).

Portanto, o empreendedorismo designa os estudos relativos ao empreendedor, seu perfil, suas origens, seu modo de gerar riquezas, seja na transformação de conhecimentos em produtos ou serviços, na geração do próprio conhecimento, ou na inovação. Leite conceitualiza que:

“Empreendedorismo é o espírito empreendedor, é a prática de empreender (o ato, a ação árdua, criativa, difícil e arrojada), é o resultado (efeito) dessa prática (a empresa, o empreendimento, o negócio). Não é uma arte nem ciência, mas sim uma prática e uma disciplina” (LEITE, 2002, p.105).

Quanto ao empreendedorismo, na concepção de Schumpeter (1982), trata-se de um processo de criação e destruição que tem no empreendedor um inovador em busca de novas oportunidades, novos produtos, processos, formatos organizacionais, insumos, matérias primas etc. Peter Drucker amplia um pouco mais essa percepção, levando seu conceito para além da inovação que, segundo suas idéias, fazem parte do fenômeno do empreendedor a percepção da mudança e dos cenários criados pela inovação (DRUCKER, 1985).

É comum o emprego do termo empreendedorismo associado à criação e desenvolvimento de novos e pequenos negócios e à identificação e formação de proprietários-gerentes ou empreendedores-proprietários, “como forma alternativa de inclusão social, de geração de trabalho e renda no combate ao desemprego e à pobreza, em meio ao desmonte do Estado do bem estar social” (ALBAGLI, et al. 2003 p.2-3). Porém, há outra corrente contemporânea que vê o empreendedorismo como iniciativa implementada por segmentos sociais excluídos, organizações, comunidades e instituições públicas em busca de “melhorias das condições de vida locais e à abertura de possibilidades para grupos sociais menos favorecidos” (ALBAGLI, 2003, p.2), tendo estes um papel pequeno como catalisadores do desenvolvimento.

Essa nova visão contrapõe-se à idéia vigente do empreendedorismo vinculado à abertura de novos negócios por indivíduos em busca de ganhos econômicos e financeiros, defendida por citações imbricadas à concorrência global. Essa nova idéia parte da dissociação da visão do mundo como um mercado global de bens e serviços dominado por grandes corporações.

⁶ SEBRAE NA, Guia de Gestão Empresarial. SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. Defina seu Negócio, Tipos de Negócios - Associação. Disponível em: <http://www.sebrae.com.br/br/parasuaempresa/tiposdenegocios_56.asp>, acesso em: 23 ago. 2006

Como alertou Angel Rama (1985, p.27), em seus estudos literários, a busca pela ordem que coloque “as coisas no lugar que lhes corresponda” vem sendo desenvolvida, há vários séculos, por estruturas institucionalizadas como as igrejas, o exército e a administração pública e continua, nos dias de hoje, pelas associações civis.

O associativismo, bem como o cooperativismo e o empreendedorismo são proposições que surgiram frente à concorrência predatória, na busca por vantagens competitivas e inserção no mercado de trabalho.

5. CONCLUSÃO

A história mostra que a sociedade busca formas de se organizar, de torcida de futebol a escola de samba, concentram-se inúmeras formas de associação, inclusive para o crime organizado.

A atividade humana tem sua força propulsora para o desenvolvimento e, quando organizada coletivamente, produz resultados mais significativos. Assim sendo, os movimentos sociais são destacados como agentes de mudanças e dessa forma contribuem positivamente para o desenvolvimento da localidade.

O empresariado reunido detém condições físicas e estruturais capazes de responder as demandas que o afetam, apesar da difícil missão de conciliar as várias aspirações pessoais de cada um dos membros que formam esses grupos.

As ações desenvolvidas demonstraram a influência dessas entidades na economia das empresas participantes e de seus empreendedores, não só pela movimentação de capital, informação não disponível para essa pesquisa, mas pelo envolvimento dessas entidades nos processos de negociações e parcerias inclusive com o poder público. Apesar dos entrevistados professarem manter autonomia em relação ao poder público, constatou-se na pesquisa a existência de uma conexão de interesse de ambas as partes, o que lhes confere uma boa dose de cumplicidade. Questões estas que se constituem em temas importantes que podem ser objetos de investigação futura, como o volume de recursos movimentados e a quantidade de serviços utilizados por essas entidades.

Essa pesquisa, embora demonstrando as contradições presentes da prática associativista dos gestores das associações comerciais e industriais das cidades ABCD, revelou muitos benefícios para os associados como melhoria da infra-estrutura do ambiente onde se encontram inseridas suas empresas, através da pavimentação, segurança e iluminação, ampliação do horário de funcionamento do comércio, instituição de ensino profissionalizante e público, criação de posto do SEBRAE e do Banco do Povo, entre outras ações, que contribuíram para o desenvolvimento local.

Para o empresariado, principalmente o associado, as entidades oferecem benefícios de acesso ao crédito facilitado e a taxas reduzidas em relação ao mercado, programas de capacitação, consultorias, prestação de serviços de proteção ao crédito e representação junto a organismos públicos para atendimento às reduções de ISS, imposto sobre serviço, ajustes de prazos e desburocratização dos processos. O Projeto Empreender, desenvolvido pelas entidades pesquisadas, com exceção de São Bernardo do Campo, organizam e encaminham suas demandas, às vezes, de forma personalizada para alguns setores da economia. A ACISA trabalha com farmácias, escolas infantis e lavanderias, a ACISCS com os setores de

artesanato, contadores e imobiliária e a ACE Diadema com os setores de alimentos, mecânicas, escolas particulares e cosméticos.

Dessa forma, é possível concluir que, apesar das necessidades de redirecionar os esforços e ampliar o escopo de atuação para uma abrangência regional, a fim de potencializar os resultados obtidos, esse associativismo contribui efetivamente para o desenvolvimento dos empresários e das cidades.

A fragmentação ocasionada pela formação de inúmeras entidades enfraquece o associativismo, pois evidencia disputas por interesses pessoais; porém as possibilidades do associativismo, enquanto prática de atuação coletiva, demonstram sua potencialidade para apoiar, principalmente, os envolvidos com essa prática.

8. BIBLIOGRAFIA

ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**, 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. 236 p

_____. **Indivíduo e biografia na história oral**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2000. [5]f.

ALVES, Luis Roberto. **Culturas do Trabalho - Comunicação para a Cidadania**. Santo André: Alpharrabio, 1999, p.78

ARRUDA, Marcos. **Globalização e Sociedade Civil: repensando o cooperativismo no contexto da Cidadania Ativa**. Rio de Janeiro: PACS, Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul, 1996

BARROS, Myriam Moraes Lins de. **Memória e família. Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, 1989, n. 3, p. 29-42

BOSI, E. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. São Paulo, T. A. Queiroz, 1979.

BRASIL. **Código Civil. Lei nº.10.406/2002. 11.ed.São Paulo**: Editora Saraiva, 2005.

DRUCKER, Peter F. **Inovação e Espírito Empreendedor - Entrepreneurship - Prática e Princípios**: São Paulo: Editora Pioneira, 1985.

FERREIRA, M.M. **História oral: um inventário das diferenças. In: FERREIRA, M.M. (org.) Entrevistas: abordagens e usos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1994.

FREITAS, Sônia Maria de. **História Oral - Possibilidades e Procedimentos**. São Paulo: Humanitas, 2002

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice/Ed. Revista dos Tribunais, 1990.

KULCSAR, Rosa. **O resgate da memória da Fundação Santo André. Revista da Fundação Santo André**, v. 1, n. 1, p. 11-29, 2002.

LE GOFF, Jacques. **Memória. IN:História e Memória**. 5ed. Campinas: Ed.Unicamp, 2003

LEITE, Emanuel. F. **O Fenômeno do Empreendedorismo - Criando Riquezas**. Recife: Bagaço, 3ª edição. 2002, 557 p.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Globalização comunicacional e transformação cultural**, in Moraes, Dênis (org). **Por uma outra comunicação. Mídia, mundialização cultural e poder**. Rio de Janeiro, Record, 2003. p. 57-86.

MENEZES, Maria Aparecida de. **História oral: uma metodologia para o estudo da memória.** IN: Revista Vivência. Memória. N°. 28, CCHLA/UFRN, semestral, 2005.

MORIN, Edgar. **Ciência com consciência.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

PRINS, Gwyn (1992). **História Oral In: A Escrita da História: novas perspectivas.** / Peter Burke (org.) SP: Ed. UNESP, p. 170-171.

QUIROGA, Ana Maria. **Contribuição ao debate sobre entidades de assistência social: o campo associativo assistencial e as entidades de defesa de direitos.** Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais 2005. Disponível em http://www.abong.org.br/novosite/download/5_quiroga.pdf acesso em abril 2007.

RAMA, Angel. **A cidade das letras.** SP: Brasiliense, 1985.

SCHUMPETER, Joseph A. (1911). **A Teoria do Desenvolvimento Econômico.** São Paulo: Abril Cultural, 1982.

SILVA, Helenice Rodrigues da. **”Rememoração”/Comemoração: as utilizações sociais da memória. In: Revista Brasileira de História.** Viagens e viajantes. São Paulo, v.22, n°7, pp425-438, dez 2002.

ZANINI, Maria Catarina Chitolina. **Construindo memórias, tecendo trajetórias.** Revista Vivência, Natal, n.28, p.115-122, 2005..